



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
UNIDADE REGIONAL COLEGIADA NORTE DE MINAS
ATA da 18ª Reunião Ordinária
Sede Social do Globo Esporte Clube
Rua Bom Jesus, nº 10 – Centro – Águas Vermelhas- MG
no dia 09/11/2005, às 14horas

1. Aos 09 dias de novembro de 2005, reuniu-se a URC - Unidade Regional Colegiada do
2. Norte de Minas e a URC – Unidade Regional Colegiada do Jequitinhonha, Sede Social
3. do Globo Esporte Clube, Rua Bom Jesus, nº 10 – Centro – Águas Vermelhas/MG.
4. Participaram os seguintes membros Conselheiros Titulares e Suplentes: como Presidente,
5. o Secretário Adjunto de Estado de Meio Ambiente, Dr. Shelley de Souza Carneiro;
6. Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e
7. Norte de Minas: Suplente – Carlos Fernando Fagundes Amaral; Polícia Militar de Minas
8. Gerais: Titular: Major PM Jorge Bonifácio Oliveira; Procuradoria Geral da Justiça:
9. Titular – Paulo César Vicente Lima; Microrregiões da Área Mineira de SUDENE, do
10. Baixo Jequitinhonha e do Médio Jequitinhonha: Suplente: João Alves dos Santos –
11. Prefeitura de Salinas; Microrregião do Noroeste de Minas: Suplente: Jueli Cardoso
12. Jordão – Prefeitura de Paracatu; Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais –
13. FAEMG, atuante na região de abrangência: Suplente – Lucas Elmo Pinheiro; Federação
14. das Associações Comerciais, Industriais, Agropecuárias e de Serviços do Estado de
15. Minas Gerais – FEDERAMINAS, atuante na região de abrangência: Suplente: Cássio
16. Avelino Soares Pereira; Representante de Organizações Não-Governamentais,
17. legalmente constituídas no Estado de Minas Gerais para Proteção, Conservação e
18. Melhoria do Meio Ambiente, atuante na região de abrangência: Titular: Eduardo Gomes
19. de Assis – Coordenador Técnico do Instituto Grande Sertão; Adamastor Alves de Souza,
20. Presidente do Grupo Ecológico Campista de Monte Azul; Federação dos Trabalhadores
21. na Agricultura do Estado de Minas Gerais – FETAEMG, atuante na região de
22. abrangência: TITULAR: Arimar Gomes dos Santos. Estiveram também presentes Dr.
23. Paulo Teodoro de Carvalho, Diretor Geral do IGAM; Dra. Célia Fróes, Diretora do
24. IGAM; Maria Cláudia, Coordenadora do NARC do Norte de Minas e a advogada
25. Carolina Fagundes Carvalho, responsável pelo Setor Jurídico da URC/COPAM Norte de
26. Minas além de técnicos dos órgãos envolvidos e da SEMAD. Conselheiros do NARC
27. JEQUITINHONHA: representante do IDENE Vale do Jequitinhonha – João Batista dos
28. Santos; representante do IBAMA – Cláudio Luiz Machado; representante do Ministério
29. Público – Doutora Cynthia Maria dos Santos Silva – representante da Polícia Ambiental
30. – Sargento Pedro Moreira Filho – representante da Prefeitura Municipal de Diamantina e
31. Cidades do Alto Jequitinhonha – Débora Rama Pires; representante da Prefeitura de
32. Coronel Murta – Paulo Lúcio Almeida Murta; representante da Prefeitura Municipal de
33. Jequitinhonha - Efízio Cardoso Afonso; representante da FEDERAMINAS e ACID –
34. João Valter Coelho; representantes da Cooperativa Regional Garimpeira de Diamantina –
35. COOPERGADI – Meire Terezinha de Almeida. Estiveram também presentes: A
36. Coordenadora do NARC Jequitinhonha – Eliana Piedade Alves Machado; Consultores
37. Técnicos do NARC Jequitinhonha: - Giovani Rogério dos Santos, Adriana de Jesus
38. Felipe; Representante do Setor Administrativo do NARC Jequitinhonha - Cândia
39. Cristina Barroso;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

40. A reunião se realizou seguindo a pauta publicada no “Minas Gerais” de 28/10/2005.
41. **Item 1 – Hino Nacional –**
42. **Item 2 - A abertura. – Dr. Shelley de Souza Carneiro – Secretário-Adjunto da**
43. **SEMAD -** abre a reunião dizendo que a reunião tem pontos específicos de cada COPAM
44. e pontos comuns que poderão ser discutidos por todos. Agradece a presença do prefeito
45. de Couto Magalhães, Conselheiro suplente Marcos, e a Prefeita de Águas Vermelhas.
46. Em seguida, pede que os Conselheiros se apresentem. **O Presidente, Dr. Shelley**
47. agradece à Prefeita todo o apoio que foi dado aos Conselheiros e à organização do
48. evento. A **Prefeita** lembra a Bíblia, dizendo que há tempo para tudo e seu tempo agora é
49. de agradecimento a todos, em especial, ao Dr. Shelley e ao Dr. Paulo Teodoro. Diz que
50. Águas Vermelhas recebe todos com muita alegria e se sente feliz tendo como referência
51. o rio que hoje não tem vergonha de mostrar. Há pouco tempo, fazia questão de não falar
52. que em Águas Vermelhas havia um rio. Ressalta que foi com muita determinação e com
53. muito apoio que o rio foi revitalizado, apesar de ainda não estar como se pretende. Passa,
54. então, a fazer uma apresentação sobre o município de Águas Vermelhas, sua localização
55. e condições socioeconômicas. O IDH que, antes do Pró-Água, era de 0.492 evoluiu para
56. 0.632. Diz sentir orgulho em dizer que Águas Vermelhas tem cidadãos verdadeiramente
57. ambientalistas e a comunidade é parceira fundamental em todo e qualquer projeto. Fala
58. ainda do resgate do patrimônio cultural da cidade. Mais uma vez agradece a presença de
59. todos e diz ter muito orgulho de ter participado do Pró-Água. Faz agradecimento especial
60. ao Dr. Paulo Teodoro que propiciou os resultados que aí estão. **Dr. Shelley** agradece as
61. palavras e diz que estaria aqui hoje de qualquer maneira, lembrando todo o esforço que
62. foi feito para a implantação desse trabalho. Ressalta que o projeto já foi apresentado na
63. Alemanha e em todo o Brasil, mostrando o que temos condição de fazer. Diz que as
64. reuniões itinerantes fazem ter muitas surpresas, ensinam muito e os resultados trazem um
65. orgulho muito grande. Parabeniza à Prefeita pelo trabalho que foi feito e que considera
66. um grande ganho para a população em termos de saúde pública. Informa que ontem
67. houve, em Montes Claros, a primeira reunião do GCFAI – Grupo de Fiscalização
68. Intergrada do estado de Minas Gerais. Começou-se a regionalizar o trabalho de GCFAI,
69. que era um grupo fechado dentro de Belo Horizonte. Esse grupo é integrado pelo IEF,
70. FEAM, IGAM, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Ministério Público, Polícia Civil,
71. IBAMA, IPEA, Secretaria de Saúde. Na reunião regional, está-se procurando analisar
72. todos os problemas de fiscalização ambiental na região, as dificuldades da fiscalização
73. ambiental, que é base para o funcionamento da 74/04. A 74/04 foi um grande salto e é
74. um voto de confiança que o Estado dá ao pequeno empreendedor, Classe 1 e 2. Informa
75. que a reunião foi especificamente sobre o problema do carvão. Diz ainda que temos
76. muitos problemas na região, mas temos que lutar para evitar que a degradação seja
77. grande e, no futuro, se pague um preço muito alto. A preservação dos recursos naturais
78. vai ser acompanhada na região, Haverá um trabalho de fiscalização muito grande e
79. também um trabalho de orientação para que se possa caminhar dentro de respeito às leis.
80. Diz que muitas empresas estrangeiras desistiam de vir para o Brasil com medo da falta de
81. cumprimento das leis. Informa ainda que, em 2004, tivemos **36 (?) (3.600) (21:00)** focos
82. de incêndio em Minas Gerais. Até novembro, depois de um trabalho muito grande feito
83. pelo IEF, a partir de Curvelo, tivemos apenas 500 focos. É o resultado de um grande
84. trabalho de prevenção que vem sendo feito. Informa ainda que se está acabando um
85. longo processo de desgaste, de discussão na parte de gestão ambiental, na Secretaria de
86. Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais. Estiveram juntos a SEMAD, o IGAM, a



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

87. FEAM, o IEF num trabalho de integração, num modelo totalmente diferente do que se
88. tinha anteriormente. O modelo, que deverá demorar três anos para se sedimentar, começa
89. a tomar forma ainda este ano. Só depois de criada a rede teremos as condições
90. necessárias para colocar a 74/04 para funcionar. Outro aspecto ainda é o fluxograma
91. processual, a parte burocrática, que é preciso racionalizar e fazer um processo mais
92. moderno. Lembra que, em 2002, antes da regionalização, tivemos 6.000 processos de
93. licenciamento em Minas Gerais. Neste ano, em 10 meses, até outubro, tivemos 22.000
94. processos de licenciamento no estado de Minas Gerais, o que reflete a força da
95. regionalização, do trabalho integrado, desse novo modelo. Lembra ainda que, em volta
96. de Belo Horizonte, tínhamos 70% das empresas licenciadas e, no estado inteiro não se
97. tinha 20% das empresas licenciadas. Hoje, com esse trabalho já se têm 45% de Minas
98. Gerais licenciados. Quanto à área rural, tinha-se 1% licenciado, hoje já se chega a 19%.
99. No Triângulo Mineiro, já se chega a 40 / 45%. Em relação ao IGAM, a outorga era um
100. problema gravíssimo, ainda é grave, mas a melhora tem sido grande. Alguns rios já não
101. podem ser usados. Uberaba teve um sério problema de água. E outros lugares também
102. têm esse problema. Daí a importância da gestão das águas. O **Presidente** convida Dra.
103. Célia para se assentar à mesa e passa a palavra ao **Dr. Paulo Teodoro de Carvalho** que
104. diz ter um prazer muito grande por participar dessa reunião conjunta, por estar em Águas
105. Vermelhas e cumprimenta à Prefeita a quem aprendeu a admirar. Em seguida o Programa
106. Pró-Água, criado pelo Governo Brasileiro, na década de 90, a partir de um empréstimo
107. feito ao Banco Mundial, destinado ao semi-árido brasileiro. Informa que já está criado o
108. Pró-Água nacional para atender todos os estados e o distrito federal. Ressalta que Minas
109. Gerais foi o estado que melhor praticou a política do Programa em toda sua extensão. O
110. exemplo está diante de todos com os resultados da recuperação do rio Mosquito. O rio
111. Mosquito é o resultado de todo o trabalho de todos os que se preocupam com o meio
112. ambiente e se ocupam com o meio ambiente. O Presidente informa que o parque de Grão
113. Mogol, a partir de uma moção do COPAM, é hoje uma realidade. Isso mostra a força de
114. uma moção.
115. **Item 3 – Comunicado dos Conselheiros – O Conselheiro Eduardo Gomes** comunica
116. que, no dia 11, sexta-feira, das 14h às 18h, vai ser realizada a primeira audiência pública
117. para a criação do parque estadual Lapa Grande, que também foi objeto de moção deste
118. Conselho. Amanhã acontece a Conferência Municipal do Meio Ambiente. O
119. **Conselheiro Paulo César** comunica aos Conselheiros que a Promotoria do São
120. Francisco estará realizando no dia 18 de novembro um encontro de todos os promotores
121. Curadores do Meio Ambiente do Norte de Minas, no Fórum da Comarca de Montes
122. Claros, com os demais Coordenadores das Promotorias do São Francisco e a Sra. Denise,
123. da FEAM e representantes da Polícia Militar, do NARC, do IGAM, para tratar
124. estratégias para o efetivo combate aos lixões. O **Conselheiro Carlos Amaral** informa
125. que o IDENE promoverá na última semana de novembro e na primeira semana de
126. dezembro seminários regionais para o lançamento do Programa de Combate à Pobreza
127. Rural, com recursos do Banco Mundial para o Programa de Apoio ao Pequeno Produtor
128. Rural de nossa região, continuidade do PAPP, que aconteceu anteriormente. Informa
129. ainda que, no âmbito do Programa Cidadão Nota Dez, está-se preparando uma cartilha
130. sobre educação ambiental para que os alfabetizadores possam trabalhar de forma mais
131. efetiva junto aos alfabetizandos. Fala ainda sobre o constrangimento que o Governo do
132. Estado está tendo junto a 250 famílias assentadas na regional de Janaúba e que estão
133. impedidas de participar do processo produtivo porque o processo de licenciamento



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

134. ambiental não foi encaminhado. Foi protocolado no dia 25/05 junto ao IEF de Janaúba e,
135. posteriormente, enviado a Belo Horizonte. Em agosto, foi feita a recomendação para que
136. se cancelasse o protocolo de junto ao COPAM de Belo Horizonte e se fizesse outro
137. protocolo no COPAM Norte, o que foi feito. Essas famílias, mais de 1.000 pessoas,
138. continuam ser condições de sobreviver em suas propriedades. **Dr. Shelley** propõe a
139. inversão da pauta, devido à necessidade de se votarem os processos antes que alguns
140. Conselheiros se retirem. Deixa para mais tarde os itens 4, 5 e 6 e ainda o Tratamento do
141. Esgoto no Norte de Minas (COPASA) que não está na pauta. Questiona por que as atas
142. do COPAM Norte não estão em pauta. A Assessora Jurídica do NARC, **Carolina**
143. **Fagundes**, informa que, pelo fato de a 17ª RO não ter sido realizada por falta de quorum,
144. apenas a ata da 16ª RO está em pauta para aprovação.
145. O **Presidente** coloca em discussão o Item – 8. Alertado pela Assessora **Carolina**
146. **Fagundes** de que o Item 7 - Ata da 16ª RO - estava ficando sem discussão, o **Presidente**
147. informa que o item não consta da pauta, mas colocará em votação mais tarde. Retoma o
148. **Item 8:** - Processo Administrativo para exame de Licença de Instalação: **8.1** – Pedreiras
149. do Brasil S/A – Cachoeira de Pajeú/MG – Lavra de granito a céu aberto sem
150. beneficiamento – PA COPAM Nº 367/1999/005/2003 – **Apresentação: FEAM.** O
151. **Conselheiro Paulo César de Lima** questiona se o técnico se encontra presente e
152. pergunta se essa empresa está minerando hoje. **Oswaldo Guimarães**, técnico da FEAM,
153. informa que, na última vistoria realizada, ainda não estava minerando, mas alerta que a
154. vistoria foi realizada há um ano e meio. . O **Conselheiro Paulo César de Lima** diz que
155. gostaria de acrescentar uma condicionante que é a renovação da APEF, após o
156. vencimento em 04 de janeiro. O Técnico **Oswaldo Guimarães** diz que não vê problema
157. na condicionante, mas é importante ver com o IEF, quando dá uma licença de mineração
158. por 04 anos, que dê também a APEF por 04 anos, porque como é feito traz problemas. O
159. **Conselheiro Paulo César** insiste na necessidade da condicionante. O **Presidente** diz que
160. quando o IEF estabelece um prazo é porque uma lei determina isso. É necessário ajustar
161. a lei e isso está sendo feito. O **Conselheiro Eduardo Gomes** fica difícil para o
162. Conselheiro analisar o que está sendo colocado se o pedido de licença chega um ano e
163. meio após a vistoria. O Técnico **Oswaldo Guimarães** alega que a APEF é de julho e que
164. uma vistoria do IEF foi realizada após a feita por ele. O **Conselheiro** diz que isso não
165. consta no processo. O **Técnico** mais uma vez diz que a APEF foi pedida posteriormente,
166. por isso é de julho. O **Conselheiro** diz que quer saber se a licença de pesquisa foi
167. cumprida a contento, com as devidas obrigações. O Técnico afirma que a área licenciada
168. da pesquisa foi cumprida. O Presidente diz que acha que o Conselheiro tem razão e que
169. nada deveria vir sem a APEF e a outorga que fazem parte do processo. O **Técnico**
170. informa que o processo veio com a APEF, mas ela é posterior a seu parecer. A APEF é
171. de julho de 2005. A Assessora **Carolina Fagundes** reafirma a existência da APEF e
172. informa que o Jurídico da FEAM, que fez a análise do processo, verificou o documento.
173. O **Conselheiro Paulo César Lima** insiste na colocação da APEF. O **Presidente**
174. concorda e coloca em votação o processo do **Item 8.1** – Pedreiras do Brasil S/A –
175. Cachoeira de Pajeú/MG – Lavra de granito a céu aberto sem beneficiamento – PA
176. COPAM Nº 367/1999/005/2003. O processo é **APROVADO**. Coloca-se em votação a
177. condicionante: “Apresentar a renovação da APEF, quando de seu vencimento”. A
178. condicionante é **APROVADA**.
179. O **Presidente** abre o **item 9** - Processos Administrativos para exame de Licença de
180. Operação Corretiva: **9.1** – Paulo Chui Taniguchi/ Fazenda Nascente – Culturas anuais –



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

181. Unaí/MG – PA COPAM N° 90814/2004/001/2004 – Apresentação: IEF
182. **9.2** – Djair Barbosai/ Fazenda Bom sucesso – Uruana de Minas/MG - Culturas anuais –
183. PA COPAM N° 90744/2004/001/2004 – Apresentação: IEF
184. **9.3** – Ângelo Uji/ Fazenda Boa esperança – Bonfinópolis de Minas/MG - Culturas anuais
185. – PA COPAM N° 90736/2004/001/2004 – Apresentação: IEF
186. **9.4** – Alcides Mani/Fazenda Córregos dos Cavalos – Bonfinópolis de Minas/MG -
187. Culturas anuais e cafeicultura – PA COPAM N° 90731/2004/001/2004 –Apresentação:
188. IEF
189. A Assessora **Carolina** que informa que os processos 9.1-9.2-9.3-9.4 ainda não possuem
190. manifestação do IGAM e sugere que sejam retirados de pauta. O **Presidente** diz que
191. houve um erro grande e não devia ter sido pautado. Diz que entende o problema e
192. quando os processos passarem a ser montados aqui esse problema acabará. O **Presidente**
193. **retira os processos de pauta** e pede que entrem na pauta da próxima reunião. Em
194. seguida o **Presidente** coloca em discussão o **item 10** - Processo Administrativo para
195. exame de Revalidação de Licença de Operação: **10.1 – Lafarge Brasil S/A – Montes**
196. **Claros/MG – Exploração de argila – PA COPAM N° 069/1995/011/2005 –**
197. **Apresentação: NARC e FEAM. O Conselheiro Paulo César Lima** pede vistas do
198. processo e pede desculpas aos empreendedores presentes, porque não se sente seguro
199. para votar com as informações disponíveis. Diz que gostaria de agendar com a empresa
200. uma vistoria e diz que parece, salvo engano, haver um inquérito civil público instaurado
201. para resolver o problema de forma definitiva. O **Presidente** confirma o **pedido de vistas.**
202. O **Presidente** retorna ao **Item 7** - Exame da Ata da Reunião da 16ª RO, do dia
203. 20/09/2005 – colocando-o em discussão. O **Conselheiro Major Jorge Bonifácio** pede
204. que se corrija na linha 51, onde se lê “1972”, leia-se “1962”; e na linha 418, onde se lê
205. “finalidade”, leia-se “celeridade”. O **Conselheiro Paulo César Lima** propõe que na
206. linha 273, onde se diz que o “Judiciário está sendo mais sério”, diga-se “mais célere”.
207. Colocada em votação, a ata da 16ª Reunião Ordinária foi **APROVADA** com as
208. correções. - Minas Crystal Ltda. Extração de quartzo para uso siderúrgico – Gouveia /
209. MG – P.A N° 0093/2003/002/2003 – AI N° 387/2003.
- 210.
211. - A Conselheira Débora Rama Pires pediu informações relacionadas à localização do
212. empreendimento, que mencionado no Parecer Técnico situa-se em Diamantina e segundo
213. o Parecer Jurídico situa-se em Gouveia. Perguntou se o empreendedor continua
214. trabalhando no local e questionou sobre a solicitação e início do Plano de Recuperação
215. de Área Degradada PRAD. Sugeriu que a multa seja mantida e o empreendedor
216. oficializado para apresentação do PRAD, com prazo previsto para conclusão.
- 217.
218. - A Consultora Jurídica do NARC Jequitinhonha, Doutora Rosane Medeiros respondeu
219. que o empreendimento localiza-se em Diamantina.
- 220.
221. - A Consultora do NARC Jequitinhonha, Adriana de Jesus Felipe explicou que na
222. vistoria realizada em parceria com a Polícia Ambiental, constatou-se a paralisação das
223. atividades e o depósito do material no local. Quanto ao PRAD, não foi iniciado.
224. - A Conselheira Meire Terezinha de Almeida pediu informações quanto à cessão de
225. direito de mineração à Empresa Ligas de Alumínio S. A - LIASA, se ocorreu antes ou
226. durante à atuação.
- 227.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

228. - A Consultora Jurídica do NARC Jequitinhonha, Doutora Rosane Medeiros respondeu
229. que a cessão do direito de mineração à Empresa Ligas de Alumínio S. A - LIASA,
230. ocorreu antes da autuação e a averbação do DNPM foi posterior ao auto de infração.
231.
232. - O Presidente colocou o processo em votação que discutido foi aprovado por
233. unanimidade.
234. O **Presidente** retoma os itens 4- 5 e 6. Uma **Conselheira** propõe que se passe aos
235. **Assuntos Gerais**, porque se pretende propor moção e essa alteração possibilitaria maior
236. participação nessa discussão, pois alguns Conselheiros terão que se retirar. O Presidente
237. aceita a sugestão e abre **Item - Assuntos Gerais** para todos. O **Conselheiro Paulo César**
238. sugere que se chame o IGAM O IEF e a FEAM para que se discuta a respeito do projeto
239. da barragem do rio Jequitaí, que vai ter grande repercussão. O **Presidente** pede à
240. Coordenadora do NARC do Norte de Minas que coloque o assunto na pauta da próxima
241. reunião, avisando ao IEF, IGAM e FEAM. O **Conselheiro Paulo César** sugere que se
242. convoque também a CODEVASF. Agradece ao Dr. Shelley pela idéia de realizar essa
243. reunião conjunta, aproximando os dois COPAMs. São regiões que têm os mesmos
244. problemas e as dificuldades são muitas. Diz que, em relação ao garimpo, as pessoas têm
245. tido boa vontade em relação ao licenciamento ambiental, mas não estão conseguindo
246. fazê-lo. Sugere que as associações de garimpeiros, as associações comerciais e as
247. associações de classe, os sindicatos procurem uma forma de auxiliar essas pessoas.
248. Também, nas atividades agro-silvo-pastoris, sugere que as entidades participem da
249. mesma forma. Diz que seria interessante que os NARCs trabalhassem com essas
250. entidade oferecendo-lhes cursos e orientações, evitando-se assim transtornos posteriores.
251. Parabeniza o Dr. Paulo Isidoro e Dra. Célia pelo maravilhoso trabalho feito em Águas
252. Vermelhas. Agradece à Prefeita a acolhida. Diz que o trabalho pelo meio ambiente é
253. árduo, mas alguns fatos e ações servem como oxigênio. E é o caso desse belo trabalho.
254. Diz sair de Águas Vermelhas satisfeito com o que viu. O **Conselheiro Lucas Elmo**
255. **Pinheiro** diz os problemas sociais e econômicos do Norte de Minas e do Jequitinhonha
256. são parelhos. Ratifica os problemas das pequenas associações de Janaúba, que envolvem
257. mais de 250 famílias. Cita a Associação D. Bosco, projeto desenvolvido pelo IDENE,
258. que há mais de um ano e meio está à espera. E as pessoas já estão desanimando, porque
259. não conseguem recursos pela falta de uma licença ambiental que não se obtém. Diz ter a
260. documentação em mãos e vai encaminhá-la ao Presidente e afirma que o problema se dá
261. por desorganização do próprio Estado. Diz ainda que outro grande problema, para o qual
262. já existe uma moção, é a ANA, no Norte de Minas, no rio Verde. Para se ter uma licença,
263. precisa-se de uma outorga. Como a ANA não dá essa outorga, cria-se uma cadeia de
264. problemas e o Norte de Minas está sendo alijado do processo. Solicita ao Dr. Paulo que a
265. ANA pelo menos dê uma resposta, estabeleça prazos. Insiste em que a ANA agilize os
266. processos e não inviabilize o Norte de Minas. O **Presidente** diz que entende o problema
267. e agora é preciso chamar o Governo Federal para conversar. Em relação aos rios
268. mineiros não há problema, está nas mãos do NARC, é rápido. **Dr. Paulo Teodoro**
269. pondera que a situação apresentada é do Verde Grande e o envolvimento da ANA se dá
270. por se tratar de um rio federal e a captação de água em sua calha. Houve a suspensão da
271. outorga, no tempo do Ministro Krauser, na bacia do Verde Grande, porque, na época, ele
272. cortou, não tinha a vazão ecológica e era sinal de que havia um excesso de captação de
273. água do Verde Grande. Nessas circunstâncias, o órgão gestor pode valer-se desse
274. expediente. Todo e qualquer empreendimento que exija água fica suspenso dentro da



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

275. bacia. É uma situação extrema. A Ministra Marina Silva restabeleceu a concessão de
276. outorga na bacia do Verde Grande porque o problema, de uma certa forma, foi resolvido.
277. O rio foi colocado como prioridade para o cadastramento de usuários. O IGAM fez o
278. cadastramento em conjunto com a ANA e a situação está restabelecida. Resta saber se o
279. problema é antigo, anterior ao restabelecimento, ou se persiste ainda hoje. Pede que, se
280. persistirem ainda hoje, sejam esses casos pontuais colocados para o IGAM, que vai
281. interceder junto à Agência Nacional das Águas nesse sentido. O **Conselheiro Lucas**
282. **Elmo** diz que está defendendo o pequeno e o médio e não a captação de água para a
283. irrigação. É apenas para a dessedentação do gado onde atinge até mil reses. **Dr. Paulo**
284. diz que entende o caso e, no caso de domínio do estado, tem a limitação de até 0,5 litro
285. por segundo. Naquela região é de consumo insignificante. Nesse caso não há necessidade
286. de outorga, embora se exija o cadastramento do usuário até 0,5 litro por segundo. Acima
287. disso é que se exige a outorga, para a legislação estadual. Diz não saber o limite colocado
288. pela ANA, nem sabe se a ANA estabeleceu limite de uso insignificante para captação na
289. calha do rio. Admite que são questões que têm que ser analisadas pontualmente e pede
290. que se mande para o IGAM cada caso, se for recente. Se não for, a solução é pedir
291. novamente a outorga à ANA. O **Conselheiro Lucas Elmo** explica que a ANA não
292. resolve e parece não ter intenção de resolver. **Dr. Paulo** alerta que, a partir do momento
293. em que se suspende a concessão de outorga, suspende-se toda e qualquer licença que
294. dependa de água. Como voltou a outorga, a solução é pedir novamente a outorga à ANA,
295. se for na calha, e ao IGAM, se for fora da calha. Se a ANA continuar negando, aconselha
296. que se faça uma representação ao IGAM para que se possa procurar saber por que
297. persiste em não conceder a outorga na calha. O **Conselheiro Lucas Elmo** informa que
298. esse caso já foi objeto de uma moção por unanimidade, desde o início do ano. O pior é
299. que Minas está deixando de obter recursos. Cita o caso do FNE, no ano passado, do qual
300. Minas conseguiu menos de 1,5% da aplicação. Uma das razões é problema de licença
301. ambiental. **Dr. Shelley** diz que a solução é levar essa ansiedade para o Conselho
302. Nacional de Recursos Hídricos, do qual ele e Dr. Paulo são participantes. **Dr. Paulo** diz
303. que, primeiro, é preciso constatar se o problema continua na atualidade. No que concerne
304. ao IGAM, está-se trabalhando com o prazo de 30 ou 40 dias, no máximo. O **Conselheiro**
305. **João Alves** diz que gostaria de ratificar a sugestão de Dr. Paulo César e avançar um
306. pouco mais, porque ele sugeriu que as entidades organizadas, cooperativas, sindicatos
307. buscassem contratar pessoas para capacitá-las e reverter esse serviço para a comunidade.
308. Diz ainda que o meio ambiente é do interesse de todos, por isso essa iniciativa deveria
309. partir da SEMAD, através do COPAMs, de fazer propostas aos municípios, parcerias,
310. porque grande parte dos problemas é por desinformação. Mesmo entre os Conselheiros
311. há desinformação. Sugere que parte das multas seja revertida em capacitações e parcerias
312. e que cada município tivesse uma pessoa capacitada. O **Presidente** diz que o Conselheiro
313. tem razão, mas a lei de licenciamento tem 25 anos e há 25 anos se age de maneira errada.
314. Com a regionalização, as pessoas começam a tomar conhecimento. 60% estão fora desse
315. processo legal. O **Conselheiro Damastor Alves de Souza** diz que é a primeira vez que
316. participa como conselheiro e pede desculpas por algum deslize. Informa que no
317. município de Monte Azul, Mato Verde e Santo Antônio do Retiro, há 11 nascentes de
318. rios que nascem no encontro da Serra Geral e é um desejo dos moradores da região que
319. ali se tornasse uma unidade de conservação. Solicita ao Dr. Shelley que, através do
320. COPAM, acione o IEF para levantar a possibilidade de realizar essa aspiração da
321. população e garantir a preservação dessa área. O **Presidente** diz que já não há quorum



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Conselho Estadual de Política Ambiental -COPAM

Secretaria Executiva

322. para se propor uma moção, mas pede que o Conselheiro procure, após a reunião, técnicos
323. do NARC para passar as informações que serão encaminhadas a ele, que vai acionar o
324. IEF. O **Presidente** agradece a todos e passa a palavra ao Dr Paulo. **Dr. Paulo** diz que um
325. dos motivos da realização dessa reunião conjunta foi também a possibilidade de se fazer a
326. reunião conjunta com o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Mosquito, que tem um
327. belíssimo trabalho, já conhecido por todos. Informa que foi feita a eleição dos novos
328. membros e da nova diretoria para o próximo biênio. Diz ser um grande prazer proceder à
329. posse desses novos membros e da diretoria. Faz-se a leitura do termo de posse e os novos
330. membros e a nova diretoria são declarados empossados. O Presidente, diante da
331. presença de crianças que esperavam desde as 14 horas, volta ao **item 6 - Programa**
332. **Semeando – A experiência da E. E. Cel. José Venâncio de Souza** – Apresentação: E.
E. Cel. José Venâncio de Souza. - A Diretora da E.E. Cel. Venâncio de Souza, **Roseni**,
agradece a oportunidade de compartilhar uma experiência pedagógica realizada na
escola: Projeto Para Não Dizer Que Não Falei dos Frutos, iniciativa do Programa
Semeando, proposta do Senar/Minas. Depois da apresentação, o **Presidente** parabeniza a
E.E. Cel. Venâncio de Souza e ressalta a lição que as crianças estão dando a todos e,
sobretudo, o fato de ser um trabalho interdisciplinar. Não se entende ecologia sem inter-
relação, sem equilíbrio. Considera o trabalho apresentado de uma riqueza muito grande.
O **Presidente** passa então ao **Item 5 - Projeto de Reflorestamento para Pequenos**
Produtores Rurais do Município de Águas Vermelhas – Apresentação: IEF e
EMATER. A apresentação é feita pelo técnico **Murilo**, do IEF, de Águas Vermelhas.
Aníbal Freire, Engenheiro Sanitarista da COPASA, diz que há muitas ETES na região,
no entanto não funcionam. Parabeniza Águas Vermelhas onde a estação funciona, com
poluição zero no manancial. Com problemas técnicos, deixa para apresentar o trabalho
em Montes Claros. O **Presidente** volta ao **Item 4 - Revitalização do Rio Mosquito** –
Experiência do Município de Águas Vermelhas – Apresentação: IGAM e Prefeitura
Municipal de Águas Vermelhas. Após a apresentação, o Presidente diz esse trabalho tem
que ser apresentado para todo mundo, para todos os COPAMs como exemplo do que
pode ser feito em termos de saneamento. A técnica **Marilene** fala sobre a formação do
Comitê. O **Presidente** agradece ao NARC do Jequitinhonha e do Norte de Minas pelo
trabalho de organização dessa reunião conjunta, ressaltando o esforço que exigiu e o
grande ganho proporcionado. Agradece também à Prefeitura de Águas Vermelhas
destacando a liderança que possibilita trabalho tão grandioso, que fica como um dos bons
exemplos que o COPAM tem dado a Minas Gerais. O **Conselheiro Jueli Cardoso**, que
também é Presidente do Comitê da Bacia do Paracatu, diz que fica entusiasmado para
voltar e dar mais tempo para o trabalho. Fala também em nome dos Conselheiros
manifestando a alegria por um trabalho tão profícuo. O **Presidente** agradece ao Dr.
Paulo, à Dra. Célia e a todos os presentes.

Item 12. Encerramento

Não havendo outros assuntos a serem tratados, o Presidente Dr. Shelley de Souza Carneiro, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata.

Presidente Dr. Shelley de Souza Carneiro